

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Ata N.º 9

Sessão ordinária realizada a 24-06-2019

Aos vinte e quatro dias, do mês de junho, do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária, pelas vinte e uma hora e trinta minutos, na sala de sessões da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5A/2002, de 11 de janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

I. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Verificada a presença de todos (as) os (as) senhores (as) deputados (as) (Anexo I) indicou a correspondência recebida e expedida, bem como as deslocações e presenças realizadas em representação da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro De seguida deu início ao período para a intervenção do público.

Não houve intervenções do público.

O senhor Deputado João Viga (CDU) usou da palavra e disse: “Quero alertar o seguinte, junto ao antigo bingo há um poste de electricidade que não tem tampa, é perigoso e estamos numa altura em que há mais afluência de pessoas ali”. De seguida leu uma Moção (Anexo II) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Presidente do Executivo disse: “Agradeço ao Deputado João Veiga pelo alerta e solicitou uma maior precisão do poste, porque amanhã vou falar com os serviços da Câmara Municipal para contactarem com a EDP.

O senhor Deputado João Carlos Peres (CDU) no uso da palavra disse: “Os sinais das portas da cidade continuam derrubados, além desses sinais os rails de proteção dos separadores centrais também estão danificados, para uma rotunda que é a mais bonita e das mais emblemáticas da nossa cidade, fica aqui o alerta. É evidente a carência de papeleiras na Rua João Pedro Iça, Rua Combatentes da Grande Guerra, Rua D. Augusto Pereira Coutinho, Rua Ferreira Pio e Rua Bulhão Pato, falta também marcas de estacionamento nestas ruas que referi, a falta de civismo é muita, por isso penso que com as marcas de estacionamento iria melhorar. Temos de resolver o trânsito na Estrada Nova, cada vez é mais caótico”.

O senhor Presidente do Executivo disse: “Das reuniões que tenho tido com o senhor Presidente da Câmara Municipal, algumas das situações que referiu aqui, as obras estão para breve, em relação às portas da cidade há uma parte que já não é nossa mas sim das Infraestruturas de Portugal, a parte que nos pertence vou ver e reportar, as papeleiras no quarteirão, vamos fazer um estudo e como é da competência da Junta iremos tratar da situação”.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra disse: “O BE quer deixar uma palavra de apreço a toda a comissão de festas que tem dado o seu esforço assim como todas as entidades, pois têm feito para que as festas de S.Pedro estejam prontas a horas e em condições e é de lembrar que são estas festas que é a cultura e é a cultura que define a identidade de um povo”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: “Deparámo-nos agora com uma nova Praça, a Praça das Tertúlias, e eu gostava de perguntar se não existiria um espaço para a bandeira portuguesa e para a bandeira da União Europeia nessa praça?”.

O senhor Presidente do Executivo disse: “Em relação à pergunta que o senhor Deputado Vasco fez, não há bandeira portuguesa nem da União Europeia, porque temos de respeitar o protocolo o que não permite.”

A senhora Deputada Celina Figueiredo (CDU) no uso da palavra disse: “Em relação ao Canil do Montijo eu não sei bem o que se passa, houve um cão que esteve abandonado muito tempo junto ao Cais do Seixalinho e quem o recolheu, ligou para o canil e o mesmo não aceitou o animal, não sei até que ponto isto pode ser possível, mas o que diz a legislação é que os animais abandonados devem ser encaminhados para o canil municipal”.

O senhor Presidente do Executivo disse: “Não posso responder de todo ao que se passa no canil, poderá o cão não ter entrado no canil porque o mesmo está lotado, eu sei que o canil funciona de manhã e de tarde”.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou a Recomendação do CDS-PP para discussão, disse ainda: “relativamente ao desafio proposto pela Bancada do PSD, gostaria que a Assembleia se pronunciasse”.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse: “Nós não discordamos, o afastamento do cidadão da vida política tem explicações, tudo o que temos visto durante estes anos todos é para a banca, para os grandes empresários, EDP, porque dão milhões e o zé povinho paga tudo mais e cada vez mais se vive pior, tudo isto leva a que o cidadão comum se afaste da política”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: “Eu concordo com o Deputado João Veiga em algumas das causas que levanta, mas não acredito que sejam exclusivamente essas.”

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra disse: “Relativamente à abstenção isto não é só um problema de Portugal, isto é um problema da Democracia”.

O senhor Deputado Francisco Santos (PS) no uso da palavra disse: “A Bancada do PS também está disponível para fazer parte desse grupo e a abstenção não vem de agora, já vem muito de trás”.

O Senhor Deputado João Peres (CDU) no uso da palavra disse: “Em relação à proposta da Bancada do PSD e como já foi dito que a bancada da CDU está

disponível, eu fazia aqui uma contraproposta ao PSD, que era fazer este estudo a todo o município.”

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS) no uso da palavra disse: “O CDS também está disponível para esse grupo de trabalho, existem várias causas que fazem com que os cidadãos não se identifiquem com o sistema político actual e afastam-se”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: “Não percebi a proposta do senhor Deputado João Peres, o estudo é para todo o Concelho?”

O senhor Deputado João Peres (CDU) no uso da palavra disse: “Sim, o estudo é para o Concelho do Montijo”.

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia disse: “Isto é a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e se for criado o grupo de trabalho é só para a União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, nada têm que se debruçar sobre as outras freguesias”.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra disse: “Surgiram-me aqui umas dúvidas relativamente à abstenção, eu pergunto à Bancada do PSD e quais seriam esses pontos para nós debatermos a democracia? Eu não quero fazer debates para cada partido promover as suas ideias e que fique aqui bem claro, se o BE se apercebe que isto é uma fonte para promover os seus ideais, eu sou o primeiro a sair”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: “Colega António não é essa intenção”.

A senhora Deputada Celina Figueiredo (CDU) no uso da palavra disse: “Eu congratulo-me com esta proposta vinda de um jovem que tem a preocupação com isto, mas o problema da abstenção tem a ver com o nosso estilo de vida, televisão, redes sociais, etc.”.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse: “Não discordando com as considerações apresentadas, não podemos deixar de fazer uma questão, existe algum estudo que suporte o valor base dos oitocentos e cinquenta euros, ou seja quais foram as bases para definir esse valor?”.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse: “Existem estudos nomeadamente estudos da CGTP, existem dados que o PCP também tem devido a audições parlamentares que fez e há uma coisa que em economia é elementar, quando as pessoas têm dinheiro, o dinheiro circula, a economia mexe e as coisas acontecem e hoje neste país, um salário mínimo de setecentos euros é viver abaixo do limiar da pobreza, há pessoas que não conseguem pagar as coisas mais elementares”.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse: “Não discordando de todo destas considerações que nos diz, existe algum estudo sobre qual a implicação na economia nacional?”.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse: “Quando as pessoas ganham mais descontam mais para a segurança social, poderá haver problemas para as empresas? Na nossa opinião não e porquê, porque há formas de contrariar isto e a forma de contrariar é baixar os custos de fator produção nomeadamente impostos às empresas, não é isentar as grandes empresas, se dinamizar a economia há mais emprego”.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra disse: “O Bloco de Esquerda é a favor porque se nós somos europeus temos de ser europeus relativamente também ao salário mínimo e este oitocentos e cinquenta euros, até estamos a ser modestos”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: “Eu estive atento aqui à discussão entre a Bancada da CDU e à Bancada do PS e se existem estudos se existem dados, porque é que não estão anexados à Moção para nós podermos analisar.”

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse: “Vasco Fernandes é simples, o deputado conhece os meios de acesso informáticos, basta consultar a página da CGTP, está lá tudo explícito”.

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS) no uso da palavra disse: “Quem é que vai pagar mais cerca de trezentos euros por mês, são os empresários, estes oitocentos e cinquenta euros são mais os impostos, primeiro baixam-se os impostos depois aumentam-se os salários, não podem ser os pequenos empresários a suportar o desenvolvimento da economia”.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse: “Como é que ficam as PMES no meio disto tudo? Nós proponhamos que em vez do valor de oitocentos e cinquenta euros, fosse alterado para valor a definir e em sede de concertação social”.

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a Moção apresentada pela CDU, a qual foi rejeitada por maioria.

O senhor Deputado Francisco Santos (PS) leu uma Declaração de Voto (Anexo V) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) leu uma Declaração de Voto (Anexo VI) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS) no uso da palavra disse: “A Bancada do CDS concorda com o aumento do valor dos salários, mas não de uma forma cega”.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) leu uma Declaração de Voto (Anexo VII) que faz parte integrante desta ata.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse: “Relativamente a esta recomendação eu não vejo qual é a lógica dela aparecer aqui neste momento, porque todo este estudo é feito constantemente quer a nível da autarquia, quer a nível do sector privado e social e é articulado com os vários agentes”.

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS) no uso da palavra disse: “Portanto já houve um estudo, foram tomadas medidas adequadas, então há vagas para todas as crianças? É porque nós não temos esse conhecimento”.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse: “Existem alguns casos que é difícil, mas depende da escola onde queremos colocar, porque existem respostas”.

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a Recomendação do CDS-PP, a qual foi rejeitada por maioria.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) fez uma Declaração de Voto e disse: “A CDU não pode acompanhar esta recomendação porque ela revela mais uma

vez que as intenções do CDS e de outros partidos em que é para beneficiar o setor privados e nós, entendemos que a educação, a saúde e a segurança social devem ser públicas”.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra fez uma Declaração de Voto e disse:” A Bancada do PS votou contra a Recomendação apresentada, uma vez que estas recomendações já são executadas e articuladas quer a nível da autarquia quer a nível das instituições do sector social e do sector privado. A nível da freguesia esta questão é debatida e acompanhada em sede de Concelho Municipal de Educação. Saliento no que diz respeito ao pré-escolar público o território do Montijo tem uma cobertura muito acima da média nacional, uma taxa de quase 100% de cobertura”.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse “Esta proposta para nós não é clara, não nos leva a lado nenhum, as causas da abstenção são as políticas que se praticam neste país desde há quarenta anos a esta parte, o 25 de Abril não foi feito para isto, o 25 de Abril não foi feito para se criarem grandes fortunas e termos o povo a viver na miséria, não inviabilizamos mas esta comissão é inócua não vamos chegar a lago nenhum”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: “Mais uma vez a CDU volta a trazer discussões nacionais para estas discussões que são locais, o que eu fiz nesta proposta é uma discussão local.”

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse: “Parece-me que isto já está a correr mal, porque o que é suposto neste grupo de trabalho fazer é estudar, é analisar o que os fregueses/as têm para dizer acerca da abstenção e o que os leva a não vir votar, não é o que cada bancada pensa sobre a abstenção”.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra disse: “Esta situação que aqui se passa é uma das causas da abstenção, é isto que afasta as pessoas. Temos um grande trabalho pela frente.”

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a Moção apresentada pelo PSD, a qual foi aprovada por maioria.

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia disse: “Agradeço que façam chegar à Mesa da Assembleia o Deputado nomeado para fazer parte desta Comissão”.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra fez uma Declaração de Voto e disse: “A CDU abstém-se porque entendemos que é inócua, achamos que não faz sentido.”

O senhor Deputado Francisco Santos (PS) no uso da palavra disse: “Visto que este grupo foi aprovado, sugere que seja a Bancada do PSD a presidir este grupo de trabalho”.

O senhor Deputado Vasco Fernandes (PSD) no uso da palavra fez uma Declaração de Voto e disse: “A Bancada do PSD congratula-se com a votação da Assembleia de Freguesia da proposta apresentada pela Bancada”.

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

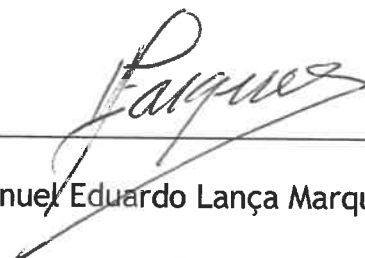
PONTO UM - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5A/2002, de 11 de janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O senhor Presidente do Executivo disse: “Estou à disposição para alguma informação adicional ou para alguma dúvida que possa haver, gostaria ainda de dar três informações adicionais. Encontra-se disponível caso qualquer Deputado queira aceder, uma vez que vai haver alterações ao sistema de contabilidade das autarquias locais, quem quiser pode aceder ao site da ANAFRE e fazer a inscrição, a segunda informação o Executivo aceitou a transferência de competências que a lei determinou, a terceira informação outra que não é da autarquia, mas sim do estado, embora seja transferida directamente para a junta de freguesia tem que haver aqui um acordo entre o governo, junta e câmara municipal que tem a ver com o espaço cidadão, que a junta também aceitou”.

Deu-se por encerrado a ordem de trabalhos era vinte e três horas e quarenta e sete minutos.


E, nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, (Anexo VIII), e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim Vera Ferraz que a redigi.

O Presidente da Assembleia



(Manuel Eduardo Lança Marques)

O Primeiro Secretário



(Carlos Manuel Canelas)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

LISTA DE PRESENÇAS

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA REALIZADA EM 24/06/19		
João Carlos Pereira Veiga	CDU	
Vasco Luís Fernandes	PSD	
Celina Marques Figueiredo	CDU	
João Miguel Poças Marcelino	PSD	
António Luís Oliveira	BE	
Joana Lourenço	CDU	
João Rodrigues	CDS	
Maria de Lurdes Ferreira	PS	
Maria do Céu Santos Simões	PS	
João Carlos Peres	CDU	
Francisco José dos Santos	PS	
Maria do Rosário Fernandes	PSD	
Manuel Eduardo Lança Marques	PS	
Maria Irene Fradinho	PS	
Gabriel Furtado Potra	PS	
Carla Alexandra Prata	PS	
José Manuel Pinto	PS	
Carlos Manuel Canelas	PS	
Alexandre Miguel Quendera	PS	F

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
MONTIJO E AFONSOEIRO





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

MOÇÃO

Considerando que:

- O aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional para 850€, são uma emergência nacional para garantir a dignidade de quem trabalha.
- Os aumentos dos salários e do salário mínimo nacional para 850€ são imprescindíveis para dar outra dinâmica à economia, impulsionando um nível superior de crescimento de que precisamos e pelo contributo que pode dar à fixação das novas gerações no país e combater o deficit demográfico.
- O aumento dos salários e do salário mínimo nacional para 850€, é a garantia mais sólida de sustentabilidade da segurança social e da construção de reformas dignas.

A Assembleia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, reunida a 24 de Junho de 2019, delibera:

- Apoiar o aumento geral dos salários e nomeadamente, do salário mínimo nacional para 850€.

24/Junho/2019

Os Eleitos da CDU,

[Handwritten signature]
 João Gonçalves
 João Carlos Peres
 Luísa Figueiredo

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS
DE
MONTIJO E AFONSOEIRO

8ª SESSÃO ORDINARIA

24 de Junho de 2019

Estudo sobre necessidades urgentes e estruturais no sistema educativo da freguesia.

RECOMENDAÇÃO

É sabido que o território da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, inserida no Município de Montijo, é por diversos factores uma freguesia com crescente procura habitacional, detendo inclusive uma boa taxa de natalidade, influenciando consideravelmente a taxa do Concelho de Montijo ficando bastante acima da média nacional, e detendo inclusive uma das maiores da Área Metropolitana de Lisboa, situando-se em 2018 em 10,10‰.

A par da taxa de natalidade já existente no território da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, é também verificado que cada vez mais são as famílias já com a sua situação familiar definida, ou seja com filhos a cargo, que decidem estabelecer-se neste território, motivadas por vários factores internos e externos.

Também é sabido que, enquanto fenómeno sociológico, as famílias retardam cada vez mais a maternidade até ser assegurada a estabilidade profissional desejada sendo que a idade média das mães ao nascimento dos filhos está neste momento, na Área Metropolitana de Lisboa, em 32,2 anos.

É recorrente a menção da falta de oferta no sistema ao nível do primeiro ciclo. Porém, a nível de oferta dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, quer no sector público, quer no sector privado ou em IPSS, verifica-se uma enorme limitação, estando muito abaixo da média de toda a AML, apesar do crescente aumento de população com filhos em idade escolar a residir na freguesia.

Deverá ser efectuado um levantamento das listas de espera nas creches públicas e feita a identificação das vagas disponíveis nas creches do sector social e do sector privado.

É importante também referir que o possível aumento da oferta, a par da oferta já existente, deve ser cuidada pois não se pretende que esta seja considerada como um mero depósito de crianças. Deverá ela, portanto, ser cuidada.

A procura crescente e a limitação da oferta faz com que necessariamente as famílias tenham de procurar outras localidades para aí colocarem os seus filhos ou procurar outras soluções.

É necessário assim, a par do estabelecimento de medidas que incentivem cada vez mais a natalidade, tomar outras medidas que apoiem e dêem suporte às famílias que residam ou trabalhem no território da freguesia.

Apesar da competência directa ser do município, é de todo vantajoso e necessário, até porque cada freguesia tem as suas próprias necessidades, que se efectue, no mais curto espaço de tempo possível, um estudo exacto sobre as necessidades das famílias no território da freguesia, também no que diz respeito à procura e oferta de vagas em creches, incluindo aqui os berçários, e pré-escola, de forma a que se possam estruturar medidas adequadas.

Pretende-se, com este estudo, sejam aplicadas medidas estruturais e não de mera circunstância, verificando-se o apoio, desde logo, na primeira infância.

Confirmando este estudo o deficit na oferta, deverão ser tomadas medidas de aumento de oferta de creches e pré-escolar, seja no aumento de oferta pública ou de parceria com outras entidades, de forma a garantir uma resposta pronta às famílias que dela necessitem.

Assim, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa e no Regimento desta Assembleia, vem a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, recomendar ao executivo da Junta de Freguesia que promova o estudo referido, ou caso não detenha meios suficientes para o efectuar, que promova o mesmo junto do executivo municipal, de forma a que se possam estruturar respostas.

Montijo, 24 de Junho de 2019

Pela bancada do CDS-PP,

João Rodrigues da Silva

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Rodrigues da Silva', written over a horizontal line.

Proposta nº1

“Que cidadãos para a Europa?”

No passado dia vinte e seis de Maio os Portugueses e os restantes cidadãos dos Estados-Membros elegeram os setecentos e cinquenta e um deputados ao Parlamento Europeu, único órgão da União Europeia eleito diretamente pela população. Ainda que a abstenção geral se tenha fixado nos cinquenta e um por cento a realidade portuguesa é muito mais drástica que a dos restantes. Segundo a página oficial do Ministério da Administração Interna (MAI) apenas trinta por cento da população votante em Portugal exerceu o seu direito/dever de voto, resultando assim numa abstenção recorde de setenta por cento.

A nossa freguesia, ainda que tenha apresentado um aumento de cerca de três por cento em comparação com as eleições de 2014, ficou muito aquém da abstenção média registada em toda a União. É urgente compreender o que leva ou não os cidadãos a abster-se. A desculpa da condição meteorológica do passado não pode servir para toda a eternidade. Cabe-nos a nós, representantes da população, interpretar e compreender a mensagem que os eleitores nos estão a enviar quando se abstêm. E é nosso dever dar o primeiro passo para que os cidadãos voltem a acreditar no sistema democrático.

Assim, a bancada do PSD na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro desafia as restantes bancadas nesta

Assembleia, a criar um grupo de trabalho ou comissão para analisar, debater e encontrar soluções para o combate à abstenção em futuras eleições.

A Bancada do PSD na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

Guaranda
Luís O.
Mau

Montijo, 24 de Junho de 2019



A bancada do Partido Socialista concorda que devesa haver aumento do salario mínimo nacional, valor esse que devesa ser discutido em concertação social, patrões e governo sem que ponha em causa a carga fiscal.

Por este motivo a bancada do PS não concorda com o valor definido pela CDU, votando contra a moção apresentada.

Os eleitos do PS

Montijo 24 de Junho de 2019



DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta da CDU

A bancada do PSD Montijo votou contra a proposta apresentada pela Bancada da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro pois ainda que considere importante o aumento geral dos salários dos trabalhadores, é impossível prever o impacto financeiro desta medida na função pública e no sector empresarial, em especial no ramo das PME. Consideramos ainda que esta matéria não se adequa às competências desta assembleia devendo a moção tendo sido apresentada em formato de declaração.

Os eleitos da Bancada do PSD Montijo
Montijo, 24 de Junho de 2019

O BLOCO ESQUERDA VOTA A FAVOR DA PROCA DA
PCP - PEV ORDENADO MÍNIMO PARA 850 EUROS,
O BLOCO ESQUERDA DEFENDE QUE PARA UMA
VIÇA DIGNA É ~~BA~~ TENDO EM CONTA
OUAÇÃO MÉDIO DO ORDENADO FIANÇO NA
UNIÃO EUROPEIA É JUSTO, QUANTO
A JACON A PAGAR POR PARTE DOS
EMPRESÁRIOS QUEM MAIS TÊM MAIS
DEVE PAGAR.

Montijo, 29 Junho DE 2019

O BLOCO ESQUERDA

Alves

Alves VII

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO
MINUTA DA ATA Nº 9 /2019
24 | JUNHO | 2019

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM – Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Actividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º5A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Nada mais havendo a tratar, finalizou a reunião eram *23h47m*, da qual se lavrou a presente minuta da ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Manuel Eduardo Lança Marques e por mim, Vera Mónica Ferraz, que a redigi. -----

O Presidente



A Secretária

